Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2023103918 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 1ª Vara Regional de Mangabeira da Comarca de João Pessoa, requisitando pagamento de honorários em favor de Felipe Queiroga Gadelha, pela perícia realizada no processo nº 0832674-83.2021.8.15
.2001, movido por Maria José Costa, em face do Banco Mercantil do Brasil S.A.
Data da Autuação: 07/07/2023
Parte: Felipe Queiroga Gadelha e outros(1)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235128380

Nome original: OFÍCIO 505-2023.pdf

Data: 06/07/2023 23:23:55

Remetente:

Jusselino Pereira de Alencar
1ª Vara Regional Civel de Mangabeira
TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Requisição de pagamento de honorários em favor do Perito grafotécnico Felipe Que iroga Gadelha, pela realização de perícia nos autos da ação 0832674-83.2021.8.15 .2001

Documento 1 página 1 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.26576.78861.29603.41286-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB
CEP: 58.013-520
Telefone: (83)3238-6333 Email: jpa-vrciv01@tjpb.jus.br

OFÍCIO Nº 505/2023/JRM

João Pessoa/PB, 04 de julho de 2023.

Nº DO PROCESSO: 0832674-83.2021.8.15.2001
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARIA JOSE COSTA
REU: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DESTINATÁRIO:

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor
Desembargador João Benedito da Silva
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
João Pessoa/PB

Senhor Presidente,

Nos termos da Resolução nº 09/2017 solicito a Vossa Excelência o pagamento dos honorários do perito grafotécnico **Felipe Queiroga Gadelha, com CREA nº 160163983-0**, segundo as informações indicadas a seguir:

a) número do Processo: **0832674-83.2021.8.15.2001**;

b) nome das partes e CPF/CNPJ: AUTOR: MARIA JOSE COSTA (CPF 188.642.364-49) e outros; REU: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. (CNPJ 17.184.037/0001-10);

c) valor dos honorários finais: R$ 398,81(trezentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos);

d) número da conta bancária para crédito: **Banco do Brasil, Agência: 3396-0,Conta corrente: 17.354-1**

e) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo: atuação como perito na área de perícia grafotécnica do Juízo;

f) declaração expressa de reconhecimento, pela MM. Juíza de Direito, do direito da parte autora à Justiça gratuita, servindo a assinatura digital deste expediente como declaração expressa desse reconhecimento;

g) certidão da entrega em cartório do laudo pericial, em anexo;

h) endereço, telefone e inscrição no INSS do perito: residente na Rua Custódio Domingos dos Santos, Ed Royal Luna, n° 21, apt 1501, Brisamar, João Pessoa /PB; **Telefone: : 83 - 99332-2907** inscrito no INSS: NIT (12617929444).

João Pessoa/PB, 19 de junho de 2023.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito

PARA VISUALIZAR OS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PROCESSO, ACESSE O LINK:https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam NO CAMPO **"Número do documento"** INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO (CHAVE DE ACESSO):

Documento 1 página 2 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.26576.78861.29603.41286-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB
CEP: 58.013-520
Telefone: (83)3238-6333 Email: jpa-vrciv01@tjpb.jus.br

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	21081809362554000000044894551
1 PETIÇÃO INICIAL EM PDF	Documento de Identificação	21081809362689000000044894556
2 PROCURAÇÃO	Procuração	21081809362779200000044894559
3 DOC PESSOAL	Documento de Identificação	21081809362968200000044894562
4 COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Documento de Comprovação	21081809363044000000044894564
5 PROVAS	Documento de Comprovação	21081809363117300000044894566
Decisão	Decisão	21081912125025100000044945490
Expediente	Expediente	21081912125025100000044945490
Expediente	Expediente	21081912125025100000044945490
Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos	21090818192150400000045827262
HAB MARIA JOSE	Outros Documentos	21090818192316200000045827263
1 - ESTATUTO REGISTRADO DO BRADESCO red	Documento de Identificação	21090818192408600000045827264
2 - EST BANCO BRADESCO AGEO_2018 est	Documento de Identificação	21090818192552500000045827265
3 - EST BANCO BRADESCO_2018 ATA	Documento de Identificação	21090818192640200000045827266
4 - PROCURAÇÃO ATUALIZADA 2020	Outros Documentos	21090818192722700000045827267
Despacho	Despacho	21100121160498600000046808804
Despacho	Despacho	21100121160498600000046808804
Contestação	Contestação	21110122360100800000048131342
Contestação - 2100616209	Outros Documentos	21110122360264500000048131345
CONTRATO E RECIBO DE PAGAMENTO	Documento de Comprovação	21110122360348200000048131347
Expediente	Expediente	21113010251629600000049290536
Petição em PDF	Petição	21121715035843000000050090579

Documento 1 página 3 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.26576.78861.29603.41286-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB
CEP: 58.013-520
Telefone: (83)3238-6333 Email: jpa-vrciv01@tjpb.jus.br

IMPUGNAÇÃO	Outros Documentos	21121715035983800000050090581
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	22013112303517100000050962986
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	22013112303517100000050962986
Petição em PDF	Petição	22021108351784000000051430744
Petição	Outros Documentos	22021108351826800000051430745
Decisão	Decisão	22072509122471600000057899196
Decisão	Decisão	22072509122471600000057899196
Certidão	Certidão	22101009094961900000060968842
Email enviado Perita ref 0832674	Documento de Comprovação	22101009095003700000060968847
Petição	Petição	22102613530338000000061633601
Mandado	Mandado	23011709574349300000064205975
Diligência	Diligência	23020509232815400000064853594
Decisão	Decisão	23032311473662800000066531547
Certidão	Certidão	23032707375860700000066907765
Decisão	Decisão	23032311473662800000066531547
Petição	Petição	23040308240822300000067238526
Certidão	Certidão	23040509145647600000067376284
Expediente	Expediente	23041909552182300000067943320
Petição	Petição	23042713051219100000068301217
Petição (Aceite de Perícia Técnica)	Petição (3º Interessado)	23050212365726000000068443404
Dados - Emissão Oficio	Documento de Comprovação	23050212365764500000068443405
Expediente	Expediente	23041909552182300000067943320
LAUDO PERICIAL	Petição (3º Interessado)	23052221340279900000069428447
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	23052407314052600000069498665
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	23052407314052600000069498665
Petição	Petição	23052509140940200000069570089
Petição	Petição	23060609035124600000070086756
Sentença	Sentença	23061610334116700000070414472
Sentença	Sentença	23061610334116700000070414472

Documento 1 página 4 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.26576.78861.29603.41286-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: **LEILA CRISTIANI CORREIA DE FREITAS E SOUSA**
04/07/2023 10:25:27
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: **74908090**

23070410252666700000070580314

Documento 1 página 5 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.26576.78861.29603.41286-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235128385

Nome original: DECISÃO GRATUIDADE.pdf

Data: 06/07/2023 23:23:55

Remetente:

Jusselino Pereira de Alencar
1ª Vara Regional Civel de Mangabeira
TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Requisição de pagamento de honorários em favor do Perito grafotécnico Felipe Que iroga Gadelha, pela realização de perícia nos autos da ação 0832674-83.2021.8.15 .2001

Documento 2 página 1 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.41967.29603.78861.36576-8
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

PJe PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0832674-83.2021.8.15.2001

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Empréstimo consignado]

AUTOR: MARIA JOSE COSTA
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA - PB4007

REU: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
Advogado do(a) REU: WILSON SALES BELCHIOR - PB17314-A

DESPACHO

Vistos.

Analisando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu a gratuidade judiciária.

No caso dos autos, a promovente é aposentada e declarou não possuir condições de arcar com as custas do processo, juntando aos autos extratos de seu benefício previdenciário (ID 47272714). Em contrapartida, observa-se que as custas iniciais são de R$ 715,27 (setecentos e quinze reais e vinte e sete centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pela promovente goza de presunção de veracidade, e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, considerando os elementos constantes nos autos, **DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA** à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334 do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese entendimento anterior deste juízo, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A experiência prática demonstra que as partes não realizam acordos em demandas congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação, sem prejuízo de designá-la a qualquer tempo, se as partes requererem ou se presentes indícios de real chance de conciliação entre as partes.

Todavia, a parte ré compareceu espontaneamente nos autos, requerendo a habilitação de advogado (ID 48273897), suprindo a falta de citação, nos termos do art. 239, §1º, do CPC, ressaltando-se que não havia sido determinada a citação da parte promovida.

Dessa forma, **intime-se** a parte promovida, por meio de seu advogado, para, querendo, apresentar contestação, no

Documento 2 página 2 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.41967.29603.78861.36576-8
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

1) Apresentada contestação, à impugnação, no prazo legal.

Após, antes de sanear o feito, nos termos do art. 357, do CPC, intimem-se as partes para, em 10 (dez) dias, informar eventuais provas que pretendem produzir, especificando-as e justificando-as em caso positivo.

Requerida a produção de provas, venham-me conclusos para decisão de saneamento e organização do feito.

Silenciando, ou pugnando as partes pelo julgamento da lide no estado em que se encontra, venham-me os autos conclusos para sentença.

2) Não sendo apresentada contestação, intime-se a parte autora para dizer se ainda tem outras provas a produzir, vindo-me em seguida conclusos.

Cumpra-se com atenção.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito

Assinado eletronicamente por: **LEILA CRISTIANI CORREIA DE FREITAS E SOUSA**
01/10/2021 21:16:05
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: **49328624**

21100121160498600000046808804

Documento 2 página 3 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.41967.29603.78861.36576-8
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235128384

Nome original: PETIÇÃO INICIAL.pdf

Data: 06/07/2023 23:23:55

Remetente:

Jusselino Pereira de Alencar
1ª Vara Regional Civel de Mangabeira
TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Requisição de pagamento de honorários em favor do Perito grafotécnico Felipe Que iroga Gadelha, pela realização de perícia nos autos da ação 0832674-83.2021.8.15 .2001

Documento 3 página 1 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.16576.78861.29603.41016-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB

MARIA JOSÉ COSTA, brasileira, divorciada, aposentada, portadora do RG nº 157.958 SSDS/PB, inscrita no CPF sob o nº 188.642.364-49, residente e domiciliada na Rua Professora Luzia de Cristo, nº 37, Valentina, João Pessoa/PB, CEP 58063-210 via advogados formalmente constituídos com escritório profissional localizado à Rua Francisca Moura, nº 548, Centro, João Pessoa/PB, CEP 58.013-441, Tel. (83) 3044-1000, onde recebem intimações e correspondências – vem à presença de V. Exa., propor a presente

AÇÃO ANULATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Em face do **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A**, Sociedade Anônima Aberta, CNPJ nº 17.184.037/0001-10, com sede na Rua Rio de Janeiro, nº 654, Anexo 680; 6º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.160-912, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos:

DOS FATOS

A autora é beneficiária do INSS e descobriu que foi feito **empréstimo junto ao banco réu sem a sua autorização,** cujas parcelas são descontadas diretamente no seu benefício/salário.

O empréstimo não autorizado se refere ao contrato de **nº 016179199** no valor de **R$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais),** incluído em 13/10/2020**, com 84 (oitenta e quatro) parcelas de R$ 24,70 (vinte e quatro reais e setenta centavos)** conforme faz prova documento anexo.

Ocorre que a autora não assinou nenhum o mencionado contrato de empréstimo consignado com o banco ré e mesmo assim teve parcelas descontadas no seu benefício previdenciário.

-

Documento 3 página 2 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.16576.78861.29603.41016-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Ademais, solicitou cópia do contrato que foi fornecido pelo promovido, com assinatura completamente divergente da autora, em anexo a documentação demonstra a diferença das assinaturas.

-

Insta mencionar que ao retirar novo extrato de empréstimos consignados a autora se deparou com a informação de que o contrato foi migrado para outro banco, o que a deixou sem entender o que de fato estaria ocorrendo, visto que jamais consentiu com a contratação do promovido, assim como com qualquer migração realizada.

É visível a negligência do réu, revelada pelo uso indevido dos dados da parte autora, não se cercando dos cuidados mínimos necessários no momento da concessão de empréstimos e pela realização de descontos mensais sem a anuência da mesma.

Face à negligência e abuso do promovido, a parte autora socorre-se do Judiciário, para ver o mal causado pelo menos em parte reparado, mesmo que impossível que se volte ao estado *quo ante*.

DO DIREITO

1.1. DA INVALIDAÇÃO DO CONTRATO

O contrato é um negócio jurídico bilateral que exprime a convergência de vontades em um propósito único e que, de forma diversa, beneficia ambas as partes. Urge mencionar que o aspecto volitivo é cogente a amparar a validade contratual, ao passo que a simples ilusão da verdade gera a invalidação do negócio jurídico.

No caso em tela verifica-se vício ainda mais grave e insanável. **A total ausência do aspecto volitivo**, ou seja, não há e nem nunca houve a intenção em contratar. O que, possivelmente, houve, foi a utilização indevida de seus documentos por terceiros de má-fé, acobertados pela total negligência dos réus que, não se cercando dos cuidados devidos, permitiram esse tipo de ação fraudulenta.

Portanto, o contrato em questão não existe no mundo jurídico, é considerado ato jurídico inexistente, conceituado como aquele que contém grau de nulidade tão relevante que nem chega a entrar no mundo jurídico.

Documento 3 página 3 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.16576.78861.29603.41016-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

O nosso Código Civil dispõe em quais casos haverá a declaração de nulidade dos negócios jurídicos. Dentre eles está prevista a hipótese de ser preterida alguma solenidade essencial. Vejamos:

> Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando:
> (...)
> V — for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;

No caso vertente, certamente não há assinatura da parte autora em contrato, e muito menos a existência do próprio instrumento de contrato. A ausência deste elemento, por si só, leva o negócio a ser declarado nulo.

Quanto aos empréstimos consignados, a Instrução Normativa do INSS nº 28/2008 prevê expressamente a **necessidade de assinatura do titular do benefício para realização da consignação**:

> Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que:
>
> II - mediante contrato firmado e **assinado** com apresentação do documento de identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, e Cadastro de Pessoa Física - CPF, **junto com a autorização de consignação assinada**, prevista no convênio;
>
> III - **a autorização seja dada de forma expressa, por escrito ou por meio eletrônico e em caráter irrevogável e irretratável**, não sendo aceita autorização dada por telefone e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência.

A referida instrução ainda determina que, mesmo nos empréstimos realizados por meio eletrônico, só poderá haver a averbação após a assinatura de contrato pelo titular do benefício. Vejamos:

> **Art. 5º A instituição financeira, independentemente da modalidade de crédito adotada, somente encaminhará o arquivo para averbação de crédito após a devida assinatura do contrato por parte do beneficiário contratante, ainda que realizada por meio eletrônico.**

Portanto, não havendo autorização expressa do titular do benefício em relação à consignação, o empréstimo deve ser anulado. Este é o entendimento de nossos Tribunais, conforme decisão abaixo:

> CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. **CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO**

Documento 3 página 4 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.16576.78861.29603.41016-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

> **REALIZADO À REVELIA DO CONSUMIDOR. DESCONTO EM BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA.** APROPRIAÇÃO, PELO BANCO DEPOSITÁRIO, DE SALÁRIO DE CORRENTISTA, A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO DE DÍVIDA. **IMPOSSIBILIDADE.** (ART. 649 , IV , CPC). INDENIZAÇÃO EM DANOS MORAIS. CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA, SALVO NO QUE TANGE AO PERCENTUAL DOS JUROS DE MORA, QUE DEVERÁ SER DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, INCIDINDO A PARTIR DO EVENTO DANOSO, E NO TOCANTE A CORREÇÃO MONETÁRIA, QUE TERÁ LUGAR A PARTIR DA DATA EM QUE QUANTIFICADA A INDENIZAÇÃO, VALE DIZER, A PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA VERGASTADA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. INOCORRÊNCIA DE REFORMATIO IN PEJUS. APELO IMPROVIDO. DECISÃO INDISCREPANTE. Acordão. Por unanimidade, negou-se provimento a recurso interposto pelo Banco Semear S/A, mantendo-se a sentença de 1º grau, salvo no que concerne ao percentual dos juros de mora, que deverá ser de 1%(um por cento) ao mês, incidindo a partir do evento danoso, e correção monetária a partir da data em que quantificada a indenização, vale dizer, a publicação da sentença vergastada.Em sendo matérias de ordem pública, não se cogita em reformatio in pejus, nos termos dos votos da turma.(TJPE - Apelação: APL 10445320088171480PE0001044-53.2008.8.17.1480).

Neste sentido, não há dúvidas quanto à possibilidade de declaração de nulidade do empréstimo realizado à revelia da parte autora, bem como da consequente devolução das parcelas indevidamente descontadas em consignação, de seus proventos mensais.

1.2. DOS DANOS MATERIAIS

Os danos materiais são aqueles que atingem diretamente o patrimônio das pessoas físicas ou jurídicas, e podem ser configurados por uma despesa que foi gerada por uma ação ou omissão indevida de terceiros.

No caso em tela, ocorreu a cobrança e descontos indevidos de parcelas a título de empréstimo, desconhecidos pela parte autora, cabendo de certo a sua **restituição em dobro,** nos moldes do parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor, que assim prescreve:

> Art. 42. (..)
>
> Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, **por valor igual ao dobro do que pagou em excesso**, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Para a reparação do dano material mostra-se imprescindível demonstrar-se o nexo de causalidade entre a conduta indevida do terceiro e o efetivo prejuízo patrimonial que foi efetivamente suportado. Constata-se o ocorrido através dos documentos em anexo que demonstram os descontos efetuados indevidamente no benefício/salário da parte autora.

Documento 3 página 5 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.16576.78861.29603.41016-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

A jurisprudência abaixo transcrita demonstra claramente o posicionamento dos tribunais quanto à possibilidade de repetição do indébito em casos semelhantes ao ora narrado. Nessa órbita, pronunciou-se a jurisprudência:

> Ementa: CONSUMIDOR. REPARAÇÃO DE DANOS EXTRAPATRIMONIAIS. FRAGILIDADE DO SISTEMA DE CONTRATAÇÃO. **EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS, FRAUDULENTAMENTE,** UTILIZANDO DADOS PESSOAIS DO AUTOR. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO DANO MORAL "IN RE IPSA" CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. **O autor, aposentado do INSS, teve descontado, indevidamente no seu contracheque, parcelas de um empréstimo que não contratou.** Postulou a declaração da inexistência da relação contratual entre as partes e indenização pelos danos enfrentados. Como a ré não comprovou a existência de contrato em aberto, são francamente indevidos todos os descontos referentes ao contrato 194155402, do BV - Financeira - Banco Votorantim. A ausência de prova da utilização dos serviços por parte do autor, mais o proceder temerário da ré que contrata sem a certificação da real identidade do consumidor, ou dos dados que lhe são fornecidos, aliado ao prejuízo e transtornos sofridos, enseja a reparação por dano moral puro, ou "in re ipsa". A culpa de terceiro, para isentar o comerciante da responsabilidade civil, haveria de ser exclusiva, o que não restou comprovado nos autos. O autor é aposentado do INSS, ao que tudo indica pessoa humilde, sem maiores posses ou renda significativa. Por outro lado, não comprovada a existência de prejuízos maiores. **Dessa forma, conforme os atuais parâmetros adotados pelas Turmas Recursais em casos análogos, afora a verba dos danos materiais, correspondente à devolução em dobro dos descontos indevidos,** o quantum indenizatório a título de danos morais foi fixado corretamente em R$ 2.500,00(dois mil e quinhentos reais). SENTENÇA MANTIDA. RECURSOS IMPROVIDOS. (Recurso Cível Nº 71002826121, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, TJ-RS, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em 18/05/2011) Grifos Nossos

No presente caso, foram descontadas **09 parcelas** no valor de **R$ 24,70 (vinte e quatro reais e setenta centavos)**, o que totaliza o valor de **R$ 222,30 (duzentos e vinte e dois reais e trinta centavos).**

Sendo assim, a autora faz jus, atualmente, ao montante de R$ 444,60 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos), valor este a ser corrigido e atualizado ao final da ação.

Desta feita, configurado o dano a que fora submetida a parte autora, espera-se pela devolução em dobro dos valores constantes nos descontos de seu benefício/salário como medida de justiça.

1.3. DOS DANOS MORAIS

A moral é reconhecida como *bem jurídico*, recebendo dos mais diversos diplomas legais a devida proteção, inclusive amparada pelo art. 5º, inc. V, da Carta Magna/1988:

Documento 3 página 6 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.16576.78861.29603.41016-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

> Art. 5º (omissis):
>
> V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

Outrossim, o art. 186 e o art. 927, do Código Civil de 2002, assim estabelecem:

> Art. 186 – Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
>
> Art. 927 – Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Também, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, no seu art. 6º, protege a integridade moral dos consumidores:

> Art. 6º - São direitos básicos do consumidor:
>
> (. . .)
>
> VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

Com efeito, em situações tais que o ato lesivo afete a personalidade do indivíduo, sua honra, sua integridade psíquica, seu bem-estar íntimo, suas virtudes, enfim, causando-lhe mal-estar ou uma indisposição de natureza espiritual, a reparação reside no pagamento de uma soma pecuniária, arbitrada pelo consenso do juiz, que possibilite ao lesado uma satisfação compensatória da sua dor íntima, e compense os dissabores sofridos pela vítima, em virtude da ação ilícita do lesionador.

Neste sentido, os julgados precedentes, inseridos nos inúmeros acórdãos de diversos Tribunais, espelham o pacífico entendimento de que **há a ocorrência de danos morais em razão da realização de empréstimo fraudulento realizado sem o consentimento do titular do benefício/salário**, conforme julgados abaixo transcritos:

> APELAÇÃO CÍVEL. DANOS MORAIS. COBRANÇA INDEVIDA. EMPRÉSTIMOS NÃO CONTRATADOS PELO AUTOR. PENSIONISTA DO INSS. NEGLIGÊNCIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ÔNUS DA PROVA. DANO MORAL 'IN RE IPSA'. INDENIZAÇÃO. VALOR MANTIDO. INTELIGÊNCIA DO ART. 333 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.333CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL1 - De acordo com as regras do artigo 333 do CPC, cabe ao réu provar fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor.333CPC2 - A cobrança indevida de quantia por meio de débito em conta corrente, referente a empréstimo não

Documento 3 página 7 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.16576.78861.29603.41016-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

contratado pelo autor, é ato ilícito que enseja o dever de reparação.3 - **O dano moral, neste caso, existe 'in re ipsa', ou seja, para sua configuração, basta a prova da ocorrência do fato ofensivo.**4 - O valor da indenização deve ser mantido, quando fixado dentro da razoabilidade.5 - Apelo improvido. (105250813546940011 MG 1.0525.08.135469-4/001(1), Relator: JOSÉ MARCOS VIEIRA, Data de Julgamento: 07/10/2009, Data de Publicação: 13/11/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL C/ C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATO DE MÚTUO. RESPONSABILIDADE DO BANCO. DESCONTOS INDEVIDOS EM PROVENTOS DE APOSENTADORIA. VALOR INDENIZATÓRIO. DANO SOFRIDO. MANUTENÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO. I - o banco requerido deve ser responsabilizado pelos descontos indevidos em proventos de aposentadoria, uma vez que não foi firmado qualquer contrato de empréstimo com consignação. II - **O dano moral decorrente da diminuição da capacidade financeira do apelado bem como o constrangimento de ver descontado do seu vencimento quantia que não contratou, não precisa ser provado, pois o mesmo e presumido.** Ademais, os bancos também respondem objetivamente pelos danos que venham a causar a seus clientes. III - A reparação por dano moral deve servir para recompor a dor sofrida pela vítima, assim como para inibir a repetição de ações lesivas da mesma natureza. Sua fixação, no entanto, deve obedecer os princípios da razoabilidade e da moderação. IV - Deve ser mantida a cobrança em dobro do valor cobrado injustamente, com os acréscimos legais, nos termos do artigo sexto, inciso III, do CDC e art. 186, 876 e1059, do Código civil. Recurso de apelação conhecido, mas improvido. (TJGO. 1ª Câmara Cível. Apelação Cível n.º 108211-2/118. Relator Dr. Jeová Sardinha de Moraes. DJ 15014 de 05/06/2007).

CIVIL - RECURSO DE APELAÇÃO - SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ACERTO - RELAÇÃO BANCÁRIA - APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NÃO REALIZADO - DEVOLUÇÃO EM DOBRO - DANOS MORAIS - QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) - VALOR QUE ATENDE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - SENTENÇA MANTIDA - DECISÃO UNÂNIME. Acordão . Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso de apelação, nos termos dos votos da turma. Revisão em mesa acompanhando integralmente o voto do Relator.(TJPE - Apelação: APL 992320088170880 PE 0000099-23.2008.8.17.0880).

Portanto, uma vez reconhecida a existência do dano moral, e o consequente direito à indenização dele decorrente, necessário se faz analisar o aspecto do *quantum* pecuniário a ser considerado e fixado, não só para efeitos de reparação do prejuízo, mas também sob o cunho de caráter punitivo ou sancionário, preventivo, repressor.

E essa **indenização** que se pretende em decorrência dos **danos morais** há de ser arbitrada mediante estimativa prudente, que possa, em parte, compensar o dano moral sofrido pela parte autora, no caso, a súbita surpresa que lhe gerou constrangimentos, de ter seu nome incluído injustamente em contratação fraudulenta.

Documento 3 página 8 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.16576.78861.29603.41016-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Portanto, diante da hodierna jurisprudência que se assemelha ao caso em baila e ampara a parte autora, na melhor forma de direito, requer a parte autora que sejam os réus condenados a lhe pagar, a título de indenização por danos morais, o valor arbitrado por esse MM. Juiz, levando-se em consideração o dano moral causado, o poder econômico das partes envolvidas e o caráter punitivo e educativo da indenização aplicada.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, REQUER:

a) A concessão dos benefícios da **GRATUIDADE DA JUSTIÇA,** nos termos do art. 98 e seguintes do CPC, uma vez que a parte autora não pode arcar com eventuais custas e despesas judiciais sem prejuízo do sustento próprio e da família;

b) A dispensa da realização de audiência de conciliação, para evitar custos desnecessários para a Justiça e para a parte, devendo o réu, caso tenha interesse, apresentar proposta de acordo juntamente à sua defesa;

c) A citação do réu para, querendo, responder à presente ação no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

d) A inversão do ônus da prova, conforme determina o art. 6º, VIII do CDC, para que os réus apresentem cópia de todos os documentos referentes à contratação dos empréstimos objetos da presente ação;

e) A **procedência total** dos pedidos para condenar o réu:

e.1) no cancelamento dos contratos de empréstimo consignado **nº 016179199** realizado de forma fraudulenta em nome da parte autora;

e.2) restituírem em dobro as parcelas indevidamente descontadas em seu benefício/salário, valores estes a serem corrigidos e atualizados, que atualmente perfaz o montante **R$ 444,60 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos);**

e.3) pagarem uma indenização pelos danos morais causados à parte autora, em valor a ser prudentemente arbitrado por este juízo, mas em valor não inferior ao patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme decisão acima citada;

e.4) que o réu se abstenha de inserir o nome da parte autora em cadastros difamatórios ou de restrição a crédito em razão dos empréstimos em debate ou do ajuizamento da presente ação, sob pena de multa diária a ser arbitrada por este juízo;

Documento 3 página 9 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.16576.78861.29603.41016-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

e.5) A condenação da parte ré ao **PAGAMENTO DAS CUSTAS JUDICIAIS,** e, **HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NO VALOR DE 20%, com fulcro no art. 84 do CPC, *caput* e § 2º, devendo ser calculados sobre a condenação e assessórios;**

Pretende provar o alegado por todos os meios de prova no direito admitidos, especialmente juntada de novos documentos.

Dá-se à causa o valor de **R$ 10.444,60 (dez mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos).**

Nestes termos, pede DEFERIMENTO.

João Pessoa/PB, 18 de agosto de 2021.

MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

OAB/PB 4007

ANA DRIELY COUTINHO DIAS

OAB/PB 16.478

Marcos Inácio Advogados/CF

Assinado eletronicamente por: **MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA**
18/08/2021 09:36:26
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: **47272298**

21081809362554000000044894551

Documento 3 página 10 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.16576.78861.29603.41016-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235128383

Nome original: DECISÃO NOMEAÇÃO PERITO.pdf

Data: 06/07/2023 23:23:55

Remetente:

Jusselino Pereira de Alencar
1ª Vara Regional Civel de Mangabeira
TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Requisição de pagamento de honorários em favor do Perito grafotécnico Felipe Que iroga Gadelha, pela realização de perícia nos autos da ação 0832674-83.2021.8.15 .2001

Documento 4 página 1 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.46576.78861.29603.41548-2
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

PJe PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA - ACERVO A

PROCESSO NÚMERO - 0832674-83.2021.8.15.2001

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Empréstimo consignado]

AUTOR: MARIA JOSE COSTA
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA - PB4007

REU: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
Advogado do(a) REU: WILSON SALES BELCHIOR - CE17314-A

DECISÃO

Vistos.

Considerando a certidão constante no ID 68692066, torno sem efeito a nomeação anteriormente deferida no ID 61216832.

Nos termos do art. 465, do CPC, tendo como base o cadastro existente no site do TJ/PB, nomeio como perito o Sr. **Felipe Queiroga Gadelha**[1] (grafocopista), para atuar nos presentes autos, e fixo o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo, a partir da coleta das assinaturas, se necessário.

No caso em comento, os honorários dos peritos judiciais serão pagos de acordo com a Resolução da Presidência nº 09/2017, já que a parte autora, requerente da prova pericial, é beneficiária da Justiça Gratuita. Logo, de acordo com a tabela anexa à Resolução mencionada, para perícia grafotécnica, o valor é de R$ 398,81 (trezentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos).

Assim, intime-se o perito nomeado para, em 5 (cinco) dias, informar se aceita o encargo com o valor dos honorários já fixados (R$ 398,81), e requerer as diligências necessárias à realização da perícia, dando-lhe ciência de que os honorários periciais serão pagos nos termos da Resolução nº 09/2017, da Presidência do TJ.

Havendo aceitação do perito, intimem-se as partes, por seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguirem o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso, indicarem assistente técnico, e/ou apresentarem quesitos, em consonância com o art. 465, §1º, do CPC.

P.I.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Leila Cristiani Correia de Freitas e Sousa
Juíza de Direito

Documento 4 página 2 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.46576.78861.29603.41548-2
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

1. Dados do perito:

Profissão/Área	Avaliador de Bens Imóveis/Em todo o Estado da Paraíba Engenheiro Civil/Em todo o Estado da Paraíba Engenheiro de Segurança do Trabalho/Perícias de Insalubridade e Periculosidade Grafocopistas/Documentoscopia e Grafotecnia.
Endereço	Professor Francisco Oliveira Porto, 21, apt. 1501, Edifício Royal Luna, Brisamar, João Pessoa/PB, 58033-390
Telefone	(83) 99332-2907
E-mail	fqueirogag@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: **LEILA CRISTIANI CORREIA DE FREITAS E SOUSA**
23/03/2023 11:47:37
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: **70515341**

23032311473662800000066531547

Documento 4 página 3 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.46576.78861.29603.41548-2
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235128382

Nome original: DADOS DO PERITO.pdf

Data: 06/07/2023 23:23:55

Remetente:

Jusselino Pereira de Alencar
1ª Vara Regional Civel de Mangabeira
TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Requisição de pagamento de honorários em favor do Perito grafotécnico Felipe Que iroga Gadelha, pela realização de perícia nos autos da ação 0832674-83.2021.8.15 .2001

Documento 5 página 1 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.56576.78861.29603.41509-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL CIVEL DA COMARCA DE MANGABEIRA - PB.

FELIPE QUEIROGA GADELHA, brasileiro, casado, **Especialista em Perícias Criminais e Ciências Forenses**, **Perito Grafotécnico**, na qualidade de perito nomeado para atuar no **Processo nº 0832674-83.2021.8.15.2001 – MARIA JOSE COSTA (AUTORA)** x **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. (RÉU),** vem mui respeitosamente a Vossa presença apresentar o Laudo Pericial elaborado.

Dados Bancários para depósito dos honorários:

- **Banco do Brasil**

  Agência:3396-0

  Conta Corrente:17354-1

- **Caixa Econômica Federal**

  Agência: 0039 – Operação: 013

  Conta Poupança: 00005635-3

- **PIS/PASEP: 126.17929.44.4**

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

João Pessoa, 22 de maio de 2023.

Felipe Queiroga Gadelha

Especialista em Perícias Criminais e Ciências Forenses

Perito Nomeado

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias

Documento 5 página 2 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.56576.78861.29603.41509-3
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: FELIPE QUEIROGA GADELHA - 22/05/2023 21:34:03
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23052221340279900000069428447
Número do documento: 23052221340279900000069428447

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235128381

Nome original: LAUDO PERICIAL.pdf

Data: 06/07/2023 23:23:55

Remetente:

Jusselino Pereira de Alencar
1ª Vara Regional Civel de Mangabeira
TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Requisição de pagamento de honorários em favor do Perito grafotécnico Felipe Que iroga Gadelha, pela realização de perícia nos autos da ação 0832674-83.2021.8.15 .2001

Documento 6 página 1 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.66576.78861.29603.41969-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL CIVEL DA COMARCA DE MANGABEIRA - PB.

FELIPE QUEIROGA GADELHA, brasileiro, casado, **Especialista em Perícias Criminais e Ciências Forenses**, **Perito Grafotécnico**, na qualidade de perito nomeado para atuar no **Processo nº 0832674-83.2021.8.15.2001 – MARIA JOSE COSTA (AUTORA)** x **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. (RÉU),** vem mui respeitosamente a Vossa presença apresentar o Laudo Pericial elaborado.

Dados Bancários para depósito dos honorários:

- **Banco do Brasil**

  Agência:3396-0

  Conta Corrente:17354-1

- **Caixa Econômica Federal**

  Agência: 0039 – Operação: 013

  Conta Poupança: 00005635-3

- **PIS/PASEP: 126.17929.44.4**

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

João Pessoa, 22 de maio de 2023.

Felipe Queiroga Gadelha

Especialista em Perícias Criminais e Ciências Forenses

Perito Nomeado

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias

Documento 6 página 2 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.66576.78861.29603.41969-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: FELIPE QUEIROGA GADELHA - 22/05/2023 21:34:03
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23052221340279900000069428447
Número do documento: 23052221340279900000069428447

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL CIVEL DA COMARCA DE MANGABEIRA - PB.

PROCESSO Nº 0832674-83.2021.8.15.2001

AUTORA: MARIA JOSE COSTA
RÉU: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

PERÍCIA GRAFOTÉCNICA

LAUDO DOCUMENTOSCÓPICO - GRAFOSCÓPICO

	ÍNDICE	PÁGINA
1	SÍNTESE DO OBJETO DA PERÍCIA E PROVIDÊNCIAS PARA INÍCIO DO LAUDO	3
2	DAS ASSINATURAS QUESTIONADAS	4
3	DAS ASSINATURAS PADRÕES	5
4	DO OBJETIVO DOS EXAMES	6
5	TIPO DE EXAME	6
6	MÉTODO	6
7	DOS EXAMES - Confronto Grafoscópico de Autenticidade	7
8	QUESITOS	11
9	CONCLUSÃO	12
10	BIBLIOGRAFIA	12

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias

Documento 6 página 3 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.66576.78861.29603.41969-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: FELIPE QUEIROGA GADELHA - 22/05/2023 21:34:03
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23052221340279900000069428447
Número do documento: 23052221340279900000069428447

LAUDO DOCUMENTOSCÓPICO - GRAFOSCÓPICO

FELIPE QUEIROGA GADELHA, Perito Nomeado para proceder ao exame GRAFOTÉCNICO na ação em epígrafe onde foram questionadas as assinaturas encontradas nos documentos: ***CCB nº 16179199-9 – Data: 08/10/2020, Termo de Autorização – Data: 15/09/2020, Termo de Autorização de Desbloqueio de Benefício – Data: 15/09/2020, CCB – ID - Num. 50748484 - Pág. 9***, juntados aos autos.

Tendo realizado os exames grafotécnicos necessários, descrevendo com verdade e com todas as circunstâncias tudo quanto possa interessar a Justiça, apresento o Laudo Pericial determinado por esse Juízo.

1. SÍNTESE DO OBJETO DA PERÍCIA E PROVIDÊNCIAS PARA INÍCIO DO LAUDO

Esta peça pericial tem como objetivo dirimir dúvidas a fim de ser atendida a nomeação para proceder ao exame GRAFOTÉCNICO na Ação acima epigrafado em trâmite nessa Vara, onde foram questionadas as assinaturas (manuscritos) encontradas nos documentos retromencionados.

Após este perito dizer que aceita o encargo, comprometendo-se desde já a cumpri-lo escrupulosamente com técnica, ciência e consciência. **Assim elaborei este Laudo Pericial utilizando-me dos documentos constantes dos autos, entendendo que estes conseguiram atender de forma segura os elementos necessários para elaboração deste.**

Isto posto, as **Assinaturas Questionadas** foram confrontadas com os **Padrões de Assinaturas Coletadas** em documentos oficiais (Cédula de Identidade e outros) constante dos autos onde a Autora firmou suas assinaturas de maneira livre e espontânea**.**

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias
Processo 0832674-83.2021.8.15.2001

Documento 6 página 4 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.66576.78861.29603.41969-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: FELIPE QUEIROGA GADELHA - 22/05/2023 21:34:03
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23052221340279900000069428447
Número do documento: 23052221340279900000069428447

2. DAS ASSINATURAS QUESTIONADAS

Os materiais questionados que motivaram o presente exame pericial identificam-se como sendo 04 (quatro) assinaturas (**manuscritos digitalizados**) encontradas nos documentos questionados em que a parte Autora requer exames grafotécnicos e que foram deferidos por esse Juízo.

Os documentos onde constam as Assinaturas Questionadas **não foram apresentados em original**. Assim pude analisar as características "macroscópicas" da escrita como inclinação, espaçamentos, alinhamentos, proporções, valores angulares e curvilíneos, bem como o posicionamento. Segundo o entendimento de DEL PICCHIA FILHO et al. (2005 – p.443), "Há, porém, característicos gráficos fundamentais que permanecem e que são transferidos ou fixados nas reproduções, trazendo à luz fração apreciável da realidade documental".

ASSINATURAS QUESTIONADAS

Assinatura Questionada 01 (AQ 01 CCB nº 16179199-9 – Data: 08/10/2020)

Assinatura Questionada 02 (AQ 02 Termo de Autorização – Data: 15/09/2020)

Assinatura Questionada 03 (AQ 03 Termo de Autorização de Desbloqueio de Benefício – Data: 15/09/2020

Assinatura Questionada 04 (AQ 04 CCB – ID - Num. 50748484 - Pág. 9)

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias
Processo 0832674-83.2021.8.15.2001

Documento 6 página 5 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.66576.78861.29603.41969-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: FELIPE QUEIROGA GADELHA - 22/05/2023 21:34:03
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23052221340279900000069428447
Número do documento: 23052221340279900000069428447

3. DAS ASSINATURAS PADRÕES

ASSINATURAS PADRÕES

Assinatura Padrão 01 (AP 01 Carteira de Identidade – Data de Expedição: 15/08/2011)

Assinatura Padrão 02 (AP 02 Procuração – Data: 21/12/2020)

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias
Processo 0832674-83.2021.8.15.2001

Documento 6 página 6 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.66576.78861.29603.41969-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: FELIPE QUEIROGA GADELHA - 22/05/2023 21:34:03
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23052221340279900000069428447
Número do documento: 23052221340279900000069428447

4. DO OBJETIVO DOS EXAMES

O presente exame tem como propósito informar à Autoridade Judicial se o objeto apresentado no ITEM 2 - ASSINATURAS QUESTIONADAS (MANUSCRITOS IMPRESSOS) – partiram do punho escritor da Sra. MARIA JOSE COSTA.

5. TIPO DE EXAME

Trata-se do exame analítico comparativo de cinética e estrutura gráfica entre os Grafismos das Assinaturas Questionadas e nas Assinaturas Padrões.

6. MÉTODO

Para a realização do exame em tela o Perito utilizou o método grafocinético, próprio para as análises gráficas.

7. DOS EXAMES

Os exames foram realizados como uso de lupas de ampliação, microscópio digital, câmera fotográfica digital, além de programas computacionais próprios para editoração de imagens.

Após análise e diferenciação das duas listas (assinaturas questionadas e padrões), iniciou-se o exame das assinaturas perquiridas utilizando o método grafocinético. Esta técnica preconiza que se realize um criterioso estudo dos lançamentos questionados visando identificar seus elementos gráficos peculiares, isto é, aqueles capazes de individualizá-los frente a outros grafismos, e que se analisem do mesmo modo os lançamentos padrões. Após estabelecer as características dos referidos materiais deve-se fazer o cotejo entre eles, verificando-se as convergências e divergências entre os aspectos genéticos[1] e formas.

[1] A gênese ou grafotécnica estuda como se formam os traços, as letras e os vocábulos. Está relacionada com os movimentos executados pelo punho no momento em que a escrita é produzida.

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias
Processo 0832674-83.2021.8.15.2001

Documento 6 página 7 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.66576.78861.29603.41969-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: FELIPE QUEIROGA GADELHA - 22/05/2023 21:34:03
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23052221340279900000069428447
Número do documento: 23052221340279900000069428447

CONFRONTO GRAFOSCÓPICO

NEGATIVO DE AUTORIA GRAFICA (AQ´S x AP´S)

O Perito passou então à análise de confronto, examinando a autenticidade das Assinaturas Questionadas (AQ´S) e as firmas selecionadas como padrões, confrontando-as entre si, por meio de cotejo entre os elementos individualizadores nelas observado, tendo sido detectadas as seguintes **CONVERGÊNCIAS/DIVERGÊNCIAS conforme Quadro que se segue:**

QUADRO de Convergências (C) / Divergências (D) / PREJUDICADAS (P)				
				Confrontações
Ordem Geral SUBJETIVOS	1	Aspecto Geral da escrita		Divergente
	2	Velocidade		Divergente
	3	Pressão		PREJUDICADA
	4	Dinamismo Gráfico (velocidade + pressão)		Divergente
	5	Ritmo		Divergente
	6	Projeção da escrita (velocidade + ritmo + direção)		Divergente
	7	Grau de habilidade do punho escrevente		Divergente
Ordem Geral OBJETIVOS	8	Andamento Gráfico		Divergente
	9	Inclinação da escrita		Divergente
	10	Inclinação axial		Divergente
	11	Alinhamento gráfico (linha de pauta imaginária)		Divergente
	12	Proporcionalidade de espaçamentos		Divergente
	12.1	Interlineares		Divergente
	12.2	Intervocabulares (iniciais representam os vocábulos)		Divergente
				Divergente
	12.3	Interliterais		Divergente
	12.4	Intergramáticos		Divergente
	13	Calibre		Divergente
	14	Comportamento das passantes		Divergente
	15	Disposição no contexto		Divergente
	16	Desenvolvimento lateral		Divergente
				Divergente
	17	Relações de proporcionalidade gramática (maiúsculas x maiúsculas)		Divergente
	18	Proporcionalidade das minúsculas		Divergente
	19	Situação dos gramas em relação à linha de pauta		Divergente
	20	Valores angulares e curvilíneos		Divergente
GRAFOCINÉTICA	21	Ataques		Divergente
	22	Remates		Divergente
	23	MORFOCINÉTICA		Divergente

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias
Processo 0832674-83.2021.8.15.2001

Documento 6 página 8 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.66576.78861.29603.41969-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: FELIPE QUEIROGA GADELHA - 22/05/2023 21:34:03
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23052221340279900000069428447
Número do documento: 23052221340279900000069428447

24	Idiografinetismos		**Divergente**

ILUSTRAÇÃO DO CONFRONTO GRAFOSCÓPICO DE AUTENTICIDADE

Nas Assinaturas Questionadas nos contratos retromencionados e nas Assinaturas Padrões indicam as **divergências** de ordem geral e grafocinética apontadas acima, à exceção dos elementos 1 a 7, cuja natureza subjetiva não permite demonstração. A demonstração dos pontos observados encontra-se a seguir.

ASSINATURAS QUESTIONADAS

Assinatura Questionada 01 (AQ 01 CCB nº 16179199-9 – Data: 08/10/2020)

Assinatura Questionada 02 (AQ 02 Termo de Autorização – Data: 15/09/2020)

Assinatura Questionada 03 (AQ 03 Termo de Autorização de Desbloqueio de Benefício – Data: 15/09/2020)

Assinatura Questionada 04 (AQ 04 CCB – ID - Num. 50748484 - Pág. 9)

ASSINATURAS PADRÕES

Assinatura Padrão 01 (AP 01 Carteira de Identidade – Data de Expedição: 15/08/2011)

Assinatura Padrão 02 (AP 02 Procuração – Data: 21/12/2020)

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias
Processo 0832674-83.2021.8.15.2001

Documento 6 página 9 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.66576.78861.29603.41969-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: FELIPE QUEIROGA GADELHA - 22/05/2023 21:34:03
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23052221340279900000069428447
Número do documento: 23052221340279900000069428447

1. *Aspecto geral da escrita – As Assinaturas Questionadas* Divergente *com as Assinaturas Padrões;*
2. *Velocidade Gráfica – As Assinaturas Questionadas apresentam* dinamismo incompatível com as Assinaturas Padrões;
3. *Ritmo Gráfico – constatação de ritmo gráfico nas Assinaturas Questionadas incompatíveis com as Assinaturas Padrões;*
4. *Dinamismo Gráfico ou Grau de Habilidade do Punho escrevente*[2] *- Incompatibilidade das Assinaturas Questionadas com as Assinaturas Padrões;*
5. *Pressão*[3] *da escrita – não pude verificar;*
6. Desenvolvimento horizontal da escrita – Divergente nas Assinaturas Questionadas *comparando com os mesmos padrões de desenvolvimento horizontal em confrontação com as Assinaturas Padrões*;
7. Comportamento das passantes[4] superiores se apresentam de acordo na confrontação entre as questionadas e as padrões – Divergente com as Assinaturas Questionadas comparando *os mesmos padrões das passantes em confrontação com as Assinaturas Padrões*;
8. Ataques: Divergências encontradas em diversos pontos de ataque das *Assinaturas Questionadas comparando com os padrões de ataques em confrontação com as Assinaturas Padrões*;
9. Remates: Divergências encontradas em diversos pontos de saída das Assinaturas Questionadas com relação aos *padrões de remates em confrontação com as Assinaturas Padrões*;
10. Inclinação da escrita – Divergente. As Assinaturas Questionadas *apresentam diferentes padrões de inclinações em confrontação com as Assinaturas Padrões*;
11. Proporção entre letras e passantes superiores – Divergente. As Assinaturas Questionadas *apresentam diferentes padrões de proporção em confrontação com as Assinaturas Padrões*;
12. Momentos gráficos Divergentes. As Assinaturas Questionadas *apresentam diferentes momentos gráficos em confrontação com as Assinaturas Padrões*;

Momentos Gráficos			
Palavra	**Assinaturas Questionadas**	**Assinaturas Padrões**	**Confrontação**
MARIA	3	3	Convergente
JOSE	1	3	Divergente
COSTA	5	4/3	Divergente

[2] Dinamismo Gráfico ou Grau de Habilidade do Punho escrevente: tais características são intrínsecas de pessoas que já dominam a escrita, elas não podem ser confundidas com a beleza da caligrafia, mas sim como dinamismo com que o sujeito tem ao lançar sua escrita no suporte;
[3] Pressão da escrita: determina as variabilidades da força que o objeto de escrita exerce sobre o papel, durante a evolução do traçado
[4] Passantes: Letras que extrapolem o tamanho normal dos gramas.

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias
Processo 0832674-83.2021.8.15.2001

Documento 6 página 10 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.66576.78861.29603.41969-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: FELIPE QUEIROGA GADELHA - 22/05/2023 21:34:03
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23052221340279900000069428447
Número do documento: 23052221340279900000069428447

13. Dentre as inúmeras divergências observadas quanto a morfologias gráficas[5] ou morfogênese nas **Assinaturas Questionadas** em confrontação com as **Assinaturas Padrões**, destaco: da letra "**M**" na palavra "**Maria**" e da letra "**s**" na palavra "**Costa**".

ASSINATURAS QUESTIONADAS

ASSINATURAS PADRÕES

● - Ponto de ataque (entrada);

➡ - Ponto de arremate (saída).

[5] Ou morfogênese: Comportamento da forma em que a letra é lançada.

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias
Processo 0832674-83.2021.8.15.2001

Documento 6 página 11 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.66576.78861.29603.41969-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: FELIPE QUEIROGA GADELHA - 22/05/2023 21:34:03
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23052221340279900000069428447
Número do documento: 23052221340279900000069428447

8. QUESITOS

8.1 Parte Autora

1) Comparadas as assinaturas constantes na procuração, no seu RG e a assinatura fornecida pela parte autora na secretaria da vara, com a assinatura presente no contrato apresentado pelo réu, pode-se afirmar guardarem elas evidentes diferenças formais?

Resposta: Sim.

2) Pode-se afirmar serem antagônicas as construções morfogenéticas dos documentos questionados?

Resposta: Sim.

3) Examinando-se o contrato, supostamente firmado com o réu, podese afirmar se há linearidade vertical entre as letras encontradas no documento sob análise, e, aquelas respeitantes à parte autora, como sua identidade e assinatura apresentadas na secretaria da vara?

Resposta: Não.

4) Comparadas as assinaturas constantes na procuração e no seu RG, com a assinatura presente no contrato apresentado pelo réu, podese afirmar guardarem elas evidentes diferenças formais?

Resposta: Sim.

5) Pode-se afirmar serem antagônicas as construções morfogenéticas dos documentos questionados?

Resposta: Sim.

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias
Processo 0832674-83.2021.8.15.2001

Documento 6 página 12 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.66576.78861.29603.41969-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: FELIPE QUEIROGA GADELHA - 22/05/2023 21:34:03
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23052221340279900000069428447
Número do documento: 23052221340279900000069428447

6) Examinando-se o contrato, supostamente firmado com o réu, podese afirmar se há linearidade vertical entre as letras encontradas no documento sob análise, e, aquelas respeitantes à parte autora, como sua identidade e assinatura apresentada na procuração?

Resposta: Não.

8.2 Parte Ré

1) A(s) assinatura(s) porventura constante(s) no(s) contrato(s) em discussão e demais documentos a ele relativo(s) é(são) autêntica(s) face aos padrões dos documentos pessoais do autor constantes dos autos? Fundamentar demonstrando a técnica utilizada no exame. Requer-se ainda:

Resposta: Não. Favor ver teor do laudo apresentado.

2) Os documentos do autor constantes nos autos têm a data de expedição condizente ao tempo da celebração do contrato bem como da apresentação dos documentos pessoais quando do ato da celebração?

Resposta: Sim.

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias

Documento 6 página 13 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.66576.78861.29603.41969-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: FELIPE QUEIROGA GADELHA - 22/05/2023 21:34:03
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23052221340279900000069428447
Número do documento: 23052221340279900000069428447

9 CONCLUSÃO

Diante dos exames realizados nas ***Assinaturas Padrões*** *coletadas nos autos em confrontação com as* ***Assinaturas Questionadas*** *apresentadas nos documentos:* ***CCB nº 16179199-9 – Data: 08/10/2020, Termo de Autorização – Data: 15/09/2020, Termo de Autorização de Desbloqueio de Benefício – Data: 15/09/2020, CCB – ID - Num. 50748484 - Pág. 9****, permitiram-me emitir a seguinte conclusão:*

- *As Assinaturas Questionadas* ***não correspondem à firma normal da Autora.***

10 BIBLIOGRAFIA

Del Picchia Filho José, Del Picchia Celso M.R. e Del Picchia Ana Maura G Tratado de Documentoscopia: da Falsidade Documental [Livro]. - São Paulo : Editora Pillares, 2005.

Simões da Camara e Silva Erick, Feuerharmel Samuel Documentoscopia: Aspectos Científicos, Técnicos e Jurídicos [Livro]. - São Paulo : Editora Milennium, 2014.

Feuerharmel Samuel Análise Grafoscópica de Assinaturas [Livro]. - São Paulo : Editora Milennium, 2017.

João Pessoa, 22 de maio de 2023.

FELIPE QUEIROGA GADELHA
PERITO GRAFOSCÓPICO

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias
Processo 0832674-83.2021.8.15.2001

Documento 6 página 14 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.66576.78861.29603.41969-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 08:51

Assinado eletronicamente por: FELIPE QUEIROGA GADELHA - 22/05/2023 21:34:03
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23052221340279900000069428447
Número do documento: 23052221340279900000069428447

Tribunal de Justiça da Paraíba - SIGHOP - [versão 1.1.4.1]

Ajuda (http://suporte.tjpb.jus.br)

SIGHOP
Sistema de Gestão de Honorários Periciais
(/sighop/index.jsf)

Estado da Paraíba
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça

Página Inicial (/sighop/index.jsf) ▸ Peritos

Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Alterar foto

Tipo de Pessoa:

○ **Física** ○ **Jurídica**

Nome completo: *
Felipe Queiroga Gadelha

Data nascimento: *
25/08/1975

Sexo: *
Masculino

Nome Social:

CPF: *
021.205.144-02

Identidade: *
1792045_____

Órgão: *
SSP PB

INSS/PIS/PASEP: *
12617929444

Tipo: *
PIS/PASEP

Escolaridade: *
Pós-graduação

Nome da mãe: *
Irinete Queiroga Gadelha

Nome do pai:
Raimundo de Paiva Gadelha Filho

Email: *
qgpericias@gmail.com

Telefone: *
(83) 99332-2907

☐ Tornar dados de contato públicos

Documento 7 página 1 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.41473.21613.78861.78576-7
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 09:06

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Avaliador de Bens Imóveis	Em todo o Estado da Paraíba	1601639830	
Engenheiro Civil	Em todo o Estado da Paraíba	1601639830	
Engenheiro de Segurança do Trabalho	Perícias de Insalubridade e Periculosidade	1601639830	
Grafocopistas	Documentoscopia e Grafotecnia	1601639830	

Adicionar profissão

Municípios de atuação: *

Água Branca Aguiar Alagoa Grande Alagoa Nova
Alagoinha Alcantil Algodão de Jandaíra Alhandra

Endereço *

CEP *

58033-390

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *

João Pessoa

Bairro

Brisamar

Logradouro *

R. Professor Francisco Oliveira Porto

Número *

21

Complemento

apt 1501, Edifício Royal Luna

Documento 7 página 2 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.41473.21613.78861.78576-7
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 09:06

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
Certidão de Registro e Quitação junto ao CREA PB	
Comprovante de Residência	
Curriculum Vitae	
Diploma Engenheiro Civil	
Habilitação RG e CPF	
Pos Graduação em Avaliações e Pericias IBAPE	
Pos Graduação em Perícias Criminais e Ciências Forenses Grade Curricular	
Pos Graduação Engenharia de Segurança do Trabalho	
Registro CREA PB	
RG	

Gravar cadastro

Dados bancários

Banco: *

Banco do Brasil S.A.

Agência: * 33960___

Conta: * 173541_____

Tipo conta: * Corrente

Documento 7 página 3 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.41473.21613.78861.78576-7
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 07/07/2023 09:06

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Diretoria Especial

Processo nº 2023.103.918

Requerente: Juízo da 1ª Vara Regional Cível de Mangabeira da Comarca de João Pessoa

Interessado: Felipe Queiroga Gadelha – Perito Grafotécnico - qgpericias@gmail.com

Trata-se de requisição de pagamento de honorários, no valor de R$ 398,81 (trezentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos), em favor do Perito Grafocopista, Felipe Queiroga Gadelha, CPF 021.205.144-02, PIS/PASEP 12617929444, nascido em 25/08/1975, CBO 2041-10, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0832674-83.2021.8.15.2001, movida por MARIA JOSÉ COSTA, CPF 188.642.364-49, em face do BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A., CNPJ 17.184.037/0001-10, perante o Juízo da 1ª Vara Regional Cível de Mangabeira da Comarca da Capital.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 imediato, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressalvou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Documento 8 página 1 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.41124.18463.78861.49676-8
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 07/07/2023 10:28

Laudo pericial anexado às fls. 27/38, dos presentes autos.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que, CASO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, seja emitida nota de empenho, no valor de R$ 398,81 (trezentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos), em favor do Perito Grafocopista, Felipe Queiroga Gadelha, CPF 021.205.144-02, PIS/PASEP 12617929444, nascido em 25/08/1975, CBO 2041-10, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0832674-83.2021.8.15.2001, movida por MARIA JOSÉ COSTA, CPF 188.642.364-49, em face do BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A., CNPJ 17.184.037/0001-10, perante o Juízo da 1ª Vara Regional Cível de Mangabeira da Comarca da Capital.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 07 de julho de 2023.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial

Documento 8 página 2 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.41124.18463.78861.49676-8
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 07/07/2023 10:28

07/07/2023

Número: **0832674-83.2021.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**
Órgão julgador: **1ª Vara Regional Cível de Mangabeira**
Última distribuição : **19/08/2021**
Valor da causa: **R$ 10.444,60**
Assuntos: **Empréstimo consignado**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MARIA JOSE COSTA (AUTOR)	**MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA registrado(a) civilmente como MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA (ADVOGADO)**
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. (REU)	**WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO)**
FELIPE QUEIROGA GADELHA (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75776126	07/07/2023 10:31	Comunicações	Comunicações

Documento 9 página 1 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.20776.78861.14763.41203-1
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 07/07/2023 10:32

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.103.918 - referente a requisição de pagamento de honorários, no valor de R$ 398,81 (trezentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos), em favor do Perito Grafocopista, Felipe Queiroga Gadelha, CPF 021.205.144-02, PIS/PASEP 12617929444, nascido em 25/08/1975, CBO 2041-10, pela realização de perícia nos autos da Ação em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial

Documento 9 página 2 assinado, do processo nº 2023103918, nos termos da Lei 11.419. ADME.20776.78861.14763.41203-1
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 07/07/2023 10:32